

# Arauto do Estado republicano

Por Gustavo Falleiros

**A** frente do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o economista e cientista social Luiz Carlos Bresser-Pereira ajudou não só a inscrever a palavra “eficiência” como princípio fundamental em nossa Carta, como definiu as diretrizes de uma das mais bem-sucedidas reformas gerenciais já realizadas no mundo – cujo modelo é apresentado em minúcias no livro *Construindo o Estado Republicano: Democracia e Reforma da Gestão Pública*, recém-publicado pela Editora FGV.

Dono de uma fecunda produção acadêmica, professor Bresser é também um comentarista arguto de nossa realidade, como fica evidente nesta entrevista exclusiva. Com argumentos cristalinos, ele aponta a emergência dos “direitos republicanos” como um novo capítulo da luta cidadã; critica com veemência a ideologia neoliberal e afirma que o SUS é um dos grandes êxitos da democracia brasileira. Preocupado com o desempenho do País frente à China, ele alerta: falta-nos uma estratégia nacional de desenvolvimento.

**GP&D - O senhor está lançando *Construindo o Estado Republicano*. Por que esse título?**

**BRESSER** - Em um artigo de teoria política que fiz enquanto ministro – publicado, inclusive, em revistas estrangeiras – afirmei que estavam surgindo, no último quartel do século XX, os “direitos republicanos”. A teoria dos direitos de T. H. Mar-



**Bresser: “falta-nos uma estratégia nacional de desenvolvimento”.**

shall (1893-1981) diz que, no século XVIII, apareceram os direitos civis (ou seja, o direito à propriedade e à liberdade); no final do século XIX, os direitos políticos (o direito de votar e ser votado); e, durante o século XX, foram conseguidos os direitos sociais – o direito à saúde, a uma velhice segura, à educação.

**GP&D - É um processo histórico...**

**BRESSER** - Está surgindo um quarto direito, desde o último quartel do século XX, que eu chamo de “republicano” – que é o direito que cada cidadão tem de que o patrimônio público seja utilizado para bens públicos e não capturado por capitalistas que obtêm vantagens imerecidas do Estado. Então surgiu toda uma litera-

tura sobre a privatização, a “captura”, o *rent seeking* (a captura de rendas) do Estado. Esses “direitos republicanos” são uma espécie de inversão dos direitos liberais. Os direitos liberais procuram defender um cidadão fraco contra um Estado poderoso, senão autocrático. Os direitos republicanos procuram defender o Estado de cidadãos poderosos ou espertos demais.

**GP&D - Seria um golpe final contra o patrimonialismo?**

**BRESSER** - Você pode chamar isso de um ataque ao patrimonialismo, mas o patrimonialismo é um fenômeno próprio do século XVIII, que corresponde ao Estado absoluto. Claro que, depois, sobram clientelismos, mas não é só isso. Quando você cria a defesa do meio ambiente, por

exemplo. O meio ambiente é um patrimônio público e, portanto, eu tenho o direito republicano que o orçamento seja bem gasto (no que se refere a esse assunto). Eu tenho o direito republicano que os imóveis, os ativos do Estado, sejam bem aplicados. Quer dizer, eu não posso voltar e dizer que todo o problema vem do patrimonialismo. É uma outra lógica.

**GP&D - Como funciona o Estado republicano?**

**BRESSER** - Um Estado republicano é um Estado forte o suficiente para garantir os direitos republicanos, ou seja, forte o suficiente para se defender. Toda a lógica da reforma gerencial proposta por mim em 1995 é defender o Estado, defender o patrimônio público – contra a ineficiência, o nepotismo (embora o nepotismo já fosse combatido pela reforma burocrática). Mas agora eu vou lutar contra a ineficiência dos servidores, contra a “captura” do Estado por funcionários que trabalham pouco e cuja remuneração nada tem a ver com o que eles contribuem. E o meio ambiente que é a coisa mais importante, mais nova. Toda a lógica da reforma gerencial é tornar o Estado mais eficiente, especialmente um Estado grande.

**GP&D - O senhor quis compilar esse conhecimento no livro...**

**BRESSER** - O objetivo do livro é dizer: “Nós precisamos construir um Estado republicano, um Estado capaz, um Estado forte”. Por quê? Porque o Estado é o grande instrumento de ação coletiva da sociedade. É através do Estado que nós realizamos nossos objetivos políticos de segurança, de liberdade, de justiça social, de desenvolvimento econômico ou bem-estar, de proteção do meio ambiente. O principal instrumento

“ Toda a lógica da reforma gerencial proposta por mim em 1995 é defender o Estado, defender o patrimônio público – contra a ineficiência, o nepotismo (embora o nepotismo já fosse combatido pela reforma burocrática). Mas agora eu vou lutar contra a ineficiência dos servidores, contra a “captura” do Estado por funcionários que trabalham pouco e cuja remuneração nada tem a ver com o que eles contribuem. ”

que nós, cidadãos, temos é o Estado. Então esse Estado precisa ser forte e capaz, e não forte e autoritário.

**GP&D - Em que consiste essa “força”?**

**BRESSER** - Como é que esse Estado é forte politicamente? Sendo democrático e responsabilizado, *accountable*. Temos o desenvolvimento de um Estado absoluto e não “responsabilizável”, do século XVII e XVIII, para um Estado liberal e, depois, para um Estado democrático e o democrático de opinião pública – que é um Estado mais capaz de se defender e cujos políticos e servidores são mais responsabilizados. Quer dizer, o livro tem uma visão otimista. Apesar de todas as críticas que nós fazemos ao Estado brasileiro, ele tem melhorado sempre.

**GP&D - Qual a contribuição da reforma gerencial para o for-**

**talecimento do Estado?**

**BRESSER** - O Estado precisa ser administrativamente forte. Então apresento, na segunda parte do livro, o meu modelo de reforma gerencial. Pela primeira vez, eu apresentei sistematicamente todo o modelo. É um modelo relacionado com o que foi chamado na Inglaterra de “nova gestão pública”. Mas, na “nova gestão pública”, havia elementos neoliberais que estão absolutamente ausentes no meu modelo. Quer dizer, toda a lógica do modelo é prestigiar, dar força, autoridade e autonomia para o administrador público competente. E mudar a forma de responsabilização ou controle dele.

**GP&D - Quais são as críticas do senhor ao modelo neoliberal?**

**BRESSER** - O neoliberalismo, para mim, é uma ideologia reacionária, que é a causa principal da crise econômica e financeira que nós estamos vivendo hoje. É a causa da enorme concentração de renda que houve no mundo nos últimos 30 anos. É também responsável pela enorme instabilidade financeira que presenciamos.

**GP&D - É uma ideologia predadora?**

**BRESSER** - Sem dúvida. Eu entendo que as sociedades modernas têm cinco ideologias fundamentais. E que são, a meu ver, boas ideologias, desde que bem equilibradas. Uma é o liberalismo – ideologia da liberdade política e da liberdade econômica. A outra é o nacionalismo, que é a ideologia do desenvolvimento econômico e da autonomia nacional. A outra é o socialismo – a ideologia da justiça social. A outra é o “eficientismo”, que é a ideologia da eficiência na administração pública e privada. E, finalmente, o ambientalismo, que é a ide-

ologia da proteção do meio ambiente. Todos nós somos, necessariamente, a combinação dessas ideologias – às vezes somos mais uma coisa do que outra. Você pode pender mais para a esquerda ou mais para a direita, mas combinamos todas essas ideologias, que correspondem a objetivos políticos e a valores políticos.

### **GP&D - E o neoliberalismo?**

**BRESSER** - Eu comparo o neoliberalismo com o liberalismo. O liberalismo surge no século XVIII. Trata-se de uma ideologia das então emergentes classes médias burguesas contra a oligarquia de senhores de terra e contra um Estado autocrático – isso para mim é o liberalismo. Eu tenho uma visão positiva do liberalismo. Agora, o que é o neoliberalismo? É uma ideologia que surge no último quartel do século XX. É uma ideologia dos ricos contra os pobres e os trabalhadores (seus salários, sua segurança etc.), contra um Estado democrático e social. Então essa ideologia é profundamente reacionária.

### **GP&D - O senhor poderia falar um pouco sobre a natureza da reforma gerencial?**

**BRESSER** - A minha reforma é uma reforma liberal social e não neoliberal. Houve um governo conservador na Nova Zelândia que usou essa reforma para uma política fortemente neoliberal, mas eles perderam as eleições em seguida, no final dos anos 1990. Pelos oito anos seguintes, o partido trabalhista pôs ordem na casa. E a reforma voltou para os bons trilhos. Essa reforma tem dois aspectos fundamentais. No plano da gestão, ela muda a forma de responsabilização – de um controle por regulamentos rígidos, supervisão direta e auditoria – por uma administração por objetivos, com concorrência administrativa por excelência

e responsabilização social dos servidores através de comitês e conselhos da sociedade. A segunda coisa é que essa reforma afirma: existe o núcleo estratégico do Estado, que deve ser formado por servidores públicos profissionais muito bem pagos, muito competentes e responsáveis pelo uso do poder de Estado. Isso, na formulação de políticas, em conjunto com os políticos, e no uso dos recursos econômicos do Estado para, depois, colocar essas políticas e leis em execução. Mas esse é um grupo relativamente pequeno.

### **GP&D - E além do núcleo estratégico do Estado?**

**BRESSER** - As atividades científicas e sociais do Estado – que aumentaram enormemente, de forma que o Estado deixou de ser um Estado liberal para ser um Estado social –, essas devem ser feitas através de organizações sociais, ou seja, de entidades sem fins lucrativos, autônomas e muito bem controladas pelo Estado. Essa é a lógica da Organização Social, que está sendo usada aqui, em São Paulo, com grande êxito, especialmente na área de saúde, mas também na área de cultura.

Esse aspecto é o aspecto estrutural da reforma. São duas descentralizações. Uma para as Organizações Sociais – das atividades que não são típicas do Estado. A outra é a descentralização para agências executivas e/ou reguladores (houve, no Brasil, uma grande confusão entre as duas), que são agências mais autônomas também, mas que são formadas por servidores públicos porque têm poder de Estado.

Há uma matriz que une essas idéias, que está no livro, e que foi muito usada. Esse modelo está sendo usado aqui e em grande parte da América Latina. Os altos servidores públicos do Brasil – grande parte

deles muito competente – adotaram a reforma.

### **GP&D - O Brasil, por ter começado suas reformas antes, possui alguma vantagem em relação a seus parceiros de Mercosul?**

**BRESSER** - Sem dúvida. O Brasil, apesar de todos os seus problemas, é um bom Estado, razoavelmente efetivo e razoavelmente eficiente. O grande êxito da democracia brasileira é o SUS (Sistema Único de Saúde). O Brasil tem um sistema universal de saúde muito barato e bastante eficiente. E eu acho que não há país no mundo com renda per capita do nível do Brasil que tenha uma coisa como essa. Agora, o que

Valter Campanato/ABR



**A ministra Dilma Rousseff e o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira durante o seminário Desenvolvimento Econômico: Crescimento com Distribuição de Renda, um dos principais eventos comemorativos dos 200 anos do Ministério da Fazenda.**

explica esse enorme sucesso? A democracia e a Constituição de 1988 foram fundamentais. Mas também a mobilização política – dos sanitaristas, das famílias, das mulheres que lutaram pelo SUS. Além disso, a reforma gerencial, que tornou o SUS muito eficiente.



**GP&D - Esse é um modelo a ser reproduzido...**

**BRESSER** - O SUS está no lado que eu chamo da demanda. E, do lado da oferta – e isso é uma coisa fundamentalmente de São Paulo –, temos as 19 ou 20 organizações sociais de saúde que são bem-sucedidas e muito mais eficientes do que as estatais. Não tem comparação.

**GP&D - O senhor publicou o livro primeiramente em língua inglesa, em 2004. O cenário internacional que se configurou desde então altera a leitura?**

**BRESSER** - Não. Esse é um livro teórico. Não é *timeless*, não é eterno, mas é bastante geral e vale para muitos países, muitas situações, desde que você o adapte. A reforma da gestão pública está acontecendo no mundo inteiro – alguns países mais que outros. Eu espero que o livro seja útil para o Brasil e para outros países. Inclusive para os ingleses, que começaram essa reforma.

**GP&D - A proibição do nepotismo no serviço público nos três poderes, consolidada pela súmula vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal (STF), ajuda a avançar a reforma da gestão pública?**

**BRESSER** - Claro que isso é bom. Mas a luta contra o nepotismo é central na reforma burocrática. No Estado moderno, só existem realmente duas reformas administrativas. Uma é a reforma burocrática, que tem como objetivo a Administração Pública profissional, separando o público do privado e combatendo o nepotismo ou o clientelismo. É uma reforma do século XIX, na Europa, e dos anos 30, no Brasil, e foi muito importante. Isso era para um Estado liberal, que tinha entre 5% e 10% do PIB (produto interno bruto) de des-

pesa. No século XX, o Estado se tornou social – passou a ter 40% do PIB de despesa. Aí então surgiu a necessidade da reforma gerencial, que dá um passo além, porque é preciso ser também eficiente.

**GP&D - A imagem do servidor público junto à sociedade melhorou nos últimos dez anos?**

**BRESSER** - Muito. Não só a imagem, mas a qualidade melhorou muito. Passamos a ter – especialmente em Brasília – concursos públicos para as carreiras de Estado todos os anos. E concursos públicos seletivos, em vez de concursos públicos “aprovativos”. Antes de 1995, você fazia um concurso público, aprovava um número grande de pessoas e, depois, ia chamando devagarzinho, à medida que havia vagas. Isso acabou. Agora os jovens podem se preparar para os concursos já em suas universidades porque todo ano tem concurso. E nós estamos conseguindo uma qualidade de servidores muito boa, melhor do que tínhamos antes.

**GP&D - Há, hoje em dia, um excesso de servidores terceirizados – não concursados – em nossos quadros?**

**BRESSER** - Não existe isso. O que existe são empresas terceirizadas. Eu sou a favor de empresas terceirizadas. Era assim quando eu era criança: o Estado queria fazer uma estrada, então chamava o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), que contratava funcionários públicos para construir. Então (esse serviço) foi terceirizado para empreiteiras. As consultorias foram terceirizadas. É necessário fazer isso. Mas, quando você terceiriza, você precisa de um corpo de funcionários altamente competente e bem pago no núcleo do Estado para controlar esses contratos. Isso é muito sério. Controlar

primeiro aqueles que estão administrando diretamente – depois vem o controle da auditoria interna, depois vem o controle da auditoria externa. Mas eu sou a favor da terceirização e também daquilo que eu chamava de “publicização”, que é a terceirização para entidades públicas não estatais dos serviços sociais – que são os mais importantes.

**GP&D - Há algum setor incompatível com a terceirização?**

**BRESSER** - Quando envolve poder de Estado é incompatível. Atividades que envolvem poder de Estado devem ficar na mão dos servidores públicos diretos. Mas hospital não é assim; educação não é assim; construção de estradas não é assim; limpeza não é assim. Sendo que educação e saúde, eu terceirizo para entidades públicas não estatais. As demais, eu terceirizo para empresas competitivas. É o que está sendo feito.

**GP&D - Que reformas o País ainda precisará enfrentar?**

**BRESSER** - O Brasil, como qualquer país do mundo, deve estar sempre fazendo reformas. Nós pagamos o Congresso para isso. O Congresso tem como objetivo ajudar a garantir a democracia, mas o que eles fazem lá? Eles fazem leis. As leis, o que são? São reformas. Eles (parlamentares) definem políticas. Qual é a diferença entre o nosso caso e o caso da Suíça? A Suíça tem um Estado tão poderoso e bem organizado que o trabalho parlamentar se resume a quatro sessões anuais de três semanas. Lá, a grande parte das reformas está feita. Mas, mesmo lá, eles precisam de reformas e as estão fazendo sempre. Nós aqui temos que fazer também. O problema é fazer as boas reformas, e não as reformas neoliberais. Tem que fazer reformas competentes, que contribuam para que o Estado seja um instru-

mento da sociedade, para atingir seus grandes objetivos políticos.

**GP&D - A reforma política, por exemplo...**

**BRESSER** - Eu sou a favor da reforma política. Sou favor do financiamento público (de campanha) e sou a favor das listas fechadas (na qual os eleitores votam no partido e não no candidato). Agora estão propondo que o próximo Congresso eleito tenha, para a reforma política, dentro de um quadro bem definido, poder revisor. Ou seja, possa aprovar mudança na Constituição mais rapidamente, por maioria absoluta apenas, não por maioria de 3/5 (três quintos). Eu acho isso uma boa coisa, porque precisamos fazer a reforma. Mas não é o que vai resolver todos os nossos problemas não. Não vai ser nenhuma bala de prata, mas ajuda. As reformas têm de ser feitas devagar, bem pensadas.

**GP&D - Recentemente, a revista britânica *The Economist* (no artigo *Reaping the rewards of indolence, publicado em março passado*) deu a entender que o Brasil enfrentava melhor a crise internacional por ser lento em suas reformas...**

**BRESSER** - Eu sou leitor da *Economist*, embora não concorde com ela em matéria ideológica – essa é uma revista neoliberal. Por que o Brasil está sofrendo menos a crise? Não foi por que não fez reformas – foi porque não fez reformas tão violentas quanto eles queriam. Quer dizer, liberalizou o sistema financeiro? Liberalizou. Já tivemos crises de balança de pagamentos desde que foi liberalizada a conta financeira externa do Brasil. Isso aconteceu no final de 2001. Nós tivemos uma crise em 1998, tivemos outra crise em 2002 e tivemos agora, em 2008. São

“ Por que o Brasil está sofrendo menos a crise? Não foi porque não fez reformas – foi porque não fez reformas tão violentas quanto eles queriam. Nós não fizemos a liberalização financeira dos bancos – mantivemos os bancos bem controlados. E nós não fizemos a liberalização financeira do mercado de ações. O nosso mercado de ações continuou muito melhor regulado do que o americano. Resultado: nós nos saímos melhor. Também tivemos sorte. ”

três crises já que decorrem fundamentalmente de reforma malfeita – reforma que *The Economist* defendeu ferozmente, mas que foi um desastre para os países que a adotaram – que é a liberalização financeira. Bom, nós a fizemos também, mas acontece que nós não fizemos a liberalização financeira dos bancos – mantivemos os bancos bem controlados. E nós não fizemos a liberalização financeira do mercado de ações. O nosso mercado de ações continuou muito melhor regulado do que o americano. Resultado: nós nos saímos melhor. Também tivemos sorte. A política de endividamento das famílias – que estava apenas começando, com crédito consignado – não teve tempo de chegar a provocar uma grande crise.

**GP&D - E como o senhor acompanhou a concordata da GM nos EUA, seguida de maciça ajuda estatal?**

**BRESSER** - O drama nessa circunstância é o seguinte: o Estado não tem alternativa senão ajudar os bancos – não há dúvida – e, talvez, uma empresa tão grande como a General Motors. Empresas muito pequenas não podem ser ajudadas, mas empresas muito grandes, que empregam muito gente e fazem parte da própria história do país... Aí é inevitável e muito ruim, porque afinal quem está pagando o custo de todo esse salvamento é o povão – principalmente as próximas gerações. Todo o problema é que você não sabe até onde vai. Se você salvou a General Motors, agora você vai salvar quais outras (empresas)? É preciso ter cautela, não há dúvida alguma. A teoria econômica é muito modesta, apesar da arrogância dos economistas neoclássicos. É uma ciência muito imperfeita, que nos orienta só um pouco.

**GP&D - O senhor concorda com a análise do professor Ha-Joon Chang (da University of Cambridge) de que os países desenvolvidos “chutaram a escada” dos países em desenvolvimento (ao prescrever políticas e instituições equivocadas)?**

**BRESSER** - É claro que eu concordo com aquilo. As políticas neoliberais foram essencialmente políticas de “chutar a escada”. Foi um desastre para os países que as adotaram, que foram os países da América Latina – desde 1990 crescem muito pouco. Enquanto os países asiáticos que não as adotaram cresceram muito mais. Houve quatro países asiáticos que durante algum tempo adotaram a liberalização financeira – foi um desastre, mas eles corrigiram rápido. Nós temos sempre que lembrar que os países ricos são nossos

concorrentes. E a coisa pior de todas é o câmbio. Você acha que eles vão nos aconselhar a administrar o câmbio de modo a impedir que eles se apreciem? Eles nunca farão isso. Eu tenho uma teoria, que está em um livro meu publicado na França (*Mon-dialisation e Compétition – Pourquoi Quelques Pays Émergents réussissent et Autres Non*, Éditions La Découverte, 2009), mostrando que existe uma tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio nos países em desenvolvimento. Se essa tendência existe, isso só se resolve através de crises. A não ser que o país, antes disso, administre sua taxa de câmbio e impeça essa queda. Quer dizer: o grande objetivo dos países ricos é que nós não administremos a nossa taxa de câmbio. Dizem que é errado, que administrar é fazer “câmbio sujo” – inventam as coisas mais alucinadas para nos desacorçoar em relação a uma administração da taxa de câmbio. Nós ouvimos, mas os chineses não ouvem. Veja quem tem melhores resultados: os chineses ou nós?

### **GP&D - Temos a aprender com os chineses, então?**

**BRESSER** - É claro. Temos a aprender com todo mundo. Mas os chineses estão crescendo muito mais e estão salvando o mundo neste momento, na sua taxa de crescimento, ao que parece, de 8% este ano.

### **GP&D - Recentemente, o premiê britânico, Gordon Brown, cunhou a expressão “desglobalização” para alertar sobre uma possível interrupção do fluxo de capitais no mundo. O senhor acredita nessa possibilidade?**

**BRESSER** - Não. A globalização está aí para ficar. O mundo se tornou menor e a competição, global. Na globalização, os Estados se tornaram menos autônomos, mas muito mais

“ As políticas neoliberais foram essencialmente políticas de “chutar a escada”. Foi um desastre para os países que as adotaram, que foram os países da América Latina – desde 1990 crescem muito pouco. Enquanto os países asiáticos que não as adotaram cresceram muito mais. Nós temos sempre que lembrar que os países ricos são nossos concorrentes. E a coisa pior de todas é o câmbio. Você acha que eles vão nos aconselhar a administrar o câmbio de modo a impedir que eles se apreciem? Eles nunca farão isso. ”

estratégicos – porque eles têm de ter estratégias nacionais de desenvolvimento ou de competição. Os fluxos financeiros vão continuar existindo e nós estamos tendo uma apreciação cambial e um crescimento do preço das ações no Brasil que decorre, fundamentalmente, da retomada dos influxos de capital para o País. Isso é bom para o Brasil? Não, é péssimo. Isso é capital especulativo, que absolutamente não nos interessa, mas está entrando. Existe liberalização financeira no País e virou tabu não mexer nisso. Então continuaremos a ter o câmbio se depreciando; as exportações sofrendo; nossa indústria crescendo muito devagarzinho e tendo uma desindustrialização gradual –

tudo isso está acontecendo. Por quê? Porque nós não somos capazes de fazer uma estratégia nacional de desenvolvimento. Nós somos dependentes.

### **GP&D - Um dia não seremos?**

**BRESSER** - É claro. Já não fomos entre 1930 e 1980. Nós tivemos enormes taxas de crescimento econômico e uma grande crise apenas, em 1960, graças a uma estratégia nacional de desenvolvimento – que se chamava nacional-desenvolvimentismo. Foi pensada originalmente por Vargas, depois foi repensada e alterada, mas foi uma estratégia muito bem-sucedida. Tenho brincado dizendo que a história do Brasil independente tem quatro fases. Primeira fase, no século XIX, de dependência da Inglaterra. Segunda fase, até 1930, de dependência dos Estados Unidos. Terceira fase, de 1930 até 1990, de autonomia nacional. E aí a quarta fase, começando em 1990, de dependência cada vez maior da China. Nós exportamos para a China soja, algodão, café. E eles exportam para nós produtos manufaturados com alto valor agregado. Isso é dependência. Isso é falta de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

### **GP&D - Quais são os nossos think tanks? Quem pensa o Brasil hoje?**

**BRESSER** - Em termos de *think tank*, não há nenhum. O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) deveria ser isso, mas não chega a sê-lo. O que temos, no Brasil, é um conjunto novo de macroeconomistas de muito boa qualidade. Mas eles estão espalhados: um está em Brasília; outro, no Rio de Janeiro; outro, no Rio Grande do Sul; outro, aqui em São Paulo. Mas é um grupo respeitável. E ainda existem economistas que estão se especializando no que chamo de “macroeconomia do desenvolvimento”. ♦